LC Energia Holding S.A.

CNPJ/ME nº 32.997.529/0001-18 – NIRE 35.300.533.160

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02/08/2021

Data, Hora, Local: Em 02/08/2021, às 10 horas, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Rubens Cardoso da Silva – Presidente, Luiz Guilherme Godoy Cardoso de Melo – Secretário. **Ordem do Dia:** Examinar, discutir e autorizar: **(i)** a segunda emissão da Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até três séries, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória (“Emissão”) e “Debêntures”, respectivamente), sob regime de melhores esforços de colocação, que será objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16/01/2009, conforme alterada (“CVM”, “Instrução CVM 476” e “Oferta”, respectivamente), nos termos a serem estabelecidos no “Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Três Séries, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da LC Energia Holding S.A.” (“Escritura de Emissão”), a ser celebrado entre a Companhia, a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA., representando a comunhão de titulares das Debêntures (“Debenturistas” e “Agente Fiduciário”, respectivamente) e o Lyon Capital I Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, na qualidade de fiador (“Fiador”); **(ii)** a celebração, pela Companhia, de todos os contratos e documentos no âmbito da Emissão e da Oferta, bem como seus eventuais aditamentos, incluindo, mas não se limitando: **(a)** à Escritura de Emissão, inclusive eventual aditamento para refletir a Remuneração (conforme abaixo definido) final; **(b)** ao “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Três Séries, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, da 2ª Emissão da LC Energia Holding S.A.”, a ser celebrado com a instituição intermediária da Oferta (“Contrato de Distribuição” e “Coordenador Líder”, respectivamente); **(c)** os contratos de garantia referentes à Emissão (em conjunto “Contratos de Garantia”, a saber: **(c.1)** o aditamento ao “Contrato de Alienação Fiduciária de Ações”, celebrado em 30/08/2019, para prever o compartilhamento da alienação fiduciária das ações da Companhia entre os Debenturistas da Emissão e os debenturistas das debêntures da 1ª emissão de debêntures conversíveis da Companhia; **(c.2)** o “Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Outras Avenças”, a ser celebrado; **(c.3)** o “Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças – Colinas”, a ser eventualmente celebrado sob condição suspensiva, na forma do Anexo I da Escritura de Emissão; e **(c.4)** o “Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Outras Avenças – Colinas”, a ser eventualmente celebrado sob condição suspensiva, na forma do Anexo II da Escritura de Emissão; **(iii)** a contratação do Coordenador Líder, bem como de todos os demais prestadores de serviços necessários no âmbito da Emissão, que incluem, mas não se limitam, ao Agente Fiduciário, ao banco liquidante da Emissão (“Banco Depositário”), ao escriturador (“Escriturador”) e aos assessores legais; **(iv)** a autorização à Diretoria da Companhia para tomar todas as providências necessárias à Emissão e à Oferta; e **(v)** a ratificação dos atos já praticados pela diretoria da Companhia e/ou por seus procuradores, conforme o caso, relacionados à Emissão, à Oferta e às deliberações acima. **Deliberações:** Inicialmente, a acionista da Companhia aprovou a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme autorizado pelo artigo 130, § 1º da Lei das S.A.. Ato contínuo, após discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, a acionista da Companhia deliberou pela aprovação, por unanimidade de votos e sem restrições, do quanto segue. **1. Aprovaram a Emissão de Debêntures pela Companhia e a realização da Oferta, com as seguintes características principais:** **a) Número da Emissão:** A Emissão constitui a 2ª emissão de debêntures da Companhia. **b) Valor Total da Emissão:** O valor total da emissão será de R\$152.000.000,00 na Data de Emissão, sendo R\$50.000.000,00 referentes às Debêntures da 1ª Série (conforme definido abaixo), R\$67.000.000,00 referentes às Debêntures da 2ª Série (conforme definido abaixo) e R\$35.000.000,00 referentes às Debêntures da 3ª Série (conforme definido abaixo), observada a possibilidade de distribuição parcial das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão (“Valor Total da Emissão”). **c) Número de Séries:** A Emissão será realizada em até três séries. Observada a possibilidade de distribuição parcial nos termos da Escritura de Emissão e observado que não haverá montante mínimo para as Debêntures da 3ª Série, as Debêntures da 3ª Série poderão não ser emitidas, caso em que a totalidade das Debêntures será emitida em duas séries e as Debêntures da 3ª Série serão canceladas, nos termos da Escritura de Emissão. As Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira série são doravante denominadas “Debêntures da 1ª Série”, as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda série são doravante denominadas “Debêntures da 2ª Série” e as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da terceira série são doravante denominadas “Debêntures da 3ª Série”. **d) Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 29/07/2021 (“Data de Emissão”). **e) Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Companhia. **f) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade das Debêntures:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelares ou certificados, e, para todos os fins de direito, a titularidade delas será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta(s) extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures. **g) Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das S.A. e contarão com garantia adicional fidejussória. **h) Prazo e Data de Vencimento:** Observado o disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 8052 dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15/08/2043, ressalvados os Eventos de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo) e as hipóteses de Resgate Antecipado Obrigatório, Resgate Antecipado Facultativo e de Aquisição Facultativa (conforme abaixo definidos) com cancelamento da totalidade das Debêntures, conforme previstas na Escritura de Emissão, desde que permitidas pela legislação vigente à época (“Data de Vencimento”). **i) Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00, na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”). **j) Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 152.000 Debêntures, observada a possibilidade de distribuição parcial, sendo 50.000 Debêntures da 1ª Série, sendo 67.000 Debêntures da 2ª Série e sendo 35.000 Debêntures da 3ª Série (“Quantidade de Debêntures”). **k) Prazo de Subscrição:** As Debêntures serão inscritas, no mercado primário, de acordo com os procedimentos da B3. As Debêntures serão inscritas e integralizadas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto no artigo 7º-A da Instrução CVM 476, e a colocação das Debêntures deverá ser efetuada durante o prazo previsto no § 2º do artigo 8º-A da Instrução CVM 476, conforme em vigor (“Prazo de Colocação”). **l) Data e Preço de Integralização:** As Debêntures serão inscritas e integralizadas, a qualquer tempo e em datas diversas, observado o prazo máximo de distribuição previstos a Instrução CVM 476, admitindo ágio ou deságio sobre o Preço de Integralização (conforme definido abaixo), desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures da respectiva série em cada uma das datas de integralização (cada uma, individualmente, uma “Data de Integralização”). As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação estabelecidas pela B3, pelo seu Valor Nominal Unitário, para as Debêntures integralizadas na primeira Data de Integralização da respectiva série, e, para as integralizações efetuadas após a primeira Data de Integralização da respectiva série, pelo Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme abaixo definido), acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização da respectiva série até a data de sua efetiva integralização, sendo considerados no cálculo potenciais pagamentos de remuneração e amortização (“Preço de Integralização”). **m) Condições Precedentes:** As integralizações das Debêntures ocorrerão após o cumprimento das condições precedentes descritas no Contrato de Distribuição e nos respectivos boletins de subscrição de cada uma das séries (“Condições Precedentes”). Observadas as Condições Precedentes, após a formalização e registro dos Contratos de Garantia Colinas, as Debêntures da 3ª Série serão emitidas, sendo certo que caso as Condições Precedentes das Debêntures da 3ª Série não sejam cumpridas até 30/06/2022, as Debêntures da 3ª Série serão canceladas. O montante equivalente a integralização das Debêntures da 3ª Série, caso venha a ocorrer, será depositado na Conta Vinculada (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios) e, mediante instrução do Agente Fiduciário ao Banco Depositário, será transferido nos termos a serem definidos na Escritura de Emissão. **n) Garantia Fidejussória:** Para assegurar o fiel, integral e pontual cumprimento de quaisquer das obrigações principais, acessórias e/ou moratórias, presentes e/ou futuras, assumidas ou que venham a sê-lo, perante os Debenturistas no âmbito da Emissão, o que inclui, mas não se limita ao pagamento das Debêntures, abrangendo o Valor Nominal Unitário, Atualização Monetária (conforme definido abaixo) e Remuneração, bem como o ressarcimento de todo e qualquer custo, encargo, despesa ou importância que comprovadamente o Agente Fiduciário, agindo como representante e em benefício dos Debenturistas, venha a desembolsar por conta da constituição e/ou aperfeiçoamento das Garantias (conforme definido abaixo), e todos e quaisquer outros pagamentos devidos pela Companhia no âmbito da Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, incluindo o pagamento dos custos, comissões, encargos e despesas da Escritura de Emissão e a totalidade das obrigações acessórias, tais como, mas não se limitando, a encargos moratórios, multas, penalidades, despesas, custas, honorários extrajudiciais ou arbitrados em juízo, indenizações decorrentes de decisões transitadas em julgado, comissões e demais encargos contratuais e legais previstos, bem como todo e qualquer custo ou despesa incorrido pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas e da execução de garantias prestadas, decorrentes da Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, devidamente comprovados (“Obrigações Garantidas”), o Lyon Capital I Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura se obrigará a outorgar fiança, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário (“Fiança”), nos termos a serem descritos na Escritura de Emissão. **o) Garantias Reais:** Para assegurar o fiel, integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, as Debêntures contarão ainda com as seguintes garantias (em conjunto, “Garantias Reais” e, em conjunto com a Fiança, “Garantias”): **(i)** a alienação fiduciária (“Alienação Fiduciária de Ações Companhia”) de (a) 100% das ações representativas do capital social da Companhia, que totalizam, nesta data, 10.700.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas inscritas e integralizadas pela LC Linhas Holding Ltda., CNPJ/ME nº 40.477.390/0001-00 (“LC Linhas”), **(b)** todas as ações adicionais de emissão da Companhia que venham a ser adquiridas pela LC Linhas a partir da data de assinatura da Escritura de Emissão, seja a que título for (incluindo em virtude de subscrição, exercício de bônus de subscrição ou opção, compra, permuta, doação, capitalização de lucros ou reservas, bonificação ou qualquer outro modo), **(c)** todas as ações derivadas das Ações da Companhia ou de quaisquer ações adicionais ou que venham a substituí-las a qualquer título (incluindo em função de desdobramento, gruppamento, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia ou as Ações da Companhia ou outra operação) (as ações adicionais mencionadas nos itens (b) e (c) acima, as “Ações Adicionais da Companhia” e, em conjunto com as Ações da Companhia, as “Ações Aliénées da Companhia”), **(d)** o direito de subscrição de ações de emissão da Companhia, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, bem como direitos de preferência e opções de titularidade da Companhia (“Outros Direitos da Companhia”), e **(e)** todos os frutos, rendimentos, pagamentos, créditos e outros direitos econômicos e valores inerentes às Ações Aliénées da Companhia e/ou aos Outros Direitos da Companhia ou a eles atribuíveis, gerados, declarados, distribuídos, pagos ou creditados a partir da presente data (incluindo dividendos, juros sobre capital próprio e valores devidos por conta de redução de capital, amortização, resgate, reembolso ou outra operação) (“Direitos Econômicos da Companhia” e, em conjunto com as Ações da Companhia, as Ações Adicionais da Companhia e os Outros Direitos da Companhia, os “Direitos de Participação da Companhia Aliénées Fiduciariamente”), observados os termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações celebrado, em 30/08/2019 (“Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Companhia”), que será aditado e consolidado para prever o compartilhamento da Alienação Fiduciária das Ações da Companhia entre os Debenturistas da presente Emissão e os debenturistas das debêntures da 1ª emissão de debêntures conversíveis da Companhia (“Debêntures da 1ª Emissão”), sem igualdade de condições, sendo as Debêntures da 1ª Emissão subordinadas às Debêntures da presente Emissão para fins da garantia, de modo que, caso os direitos alienados no âmbito da Alienação Fiduciária das Ações da Companhia venham a ser executados, o produto de tal excussão será utilizado prioritariamente à quitação das obrigações garantidas referentes às Debêntures da Emissão e, após quitação integral das Obrigações Garantidas, o produto de tal excussão será

utilizado para a quitação das obrigações garantidas referentes às Debêntures da 1ª Emissão da Companhia; **(ii)** a cessão fiduciária, nos termos do § 3º do artigo 66-B da Lei 4.728, (i) da totalidade dos Direitos Cedidos Fiduciariamente (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios) decorrentes todos os dividendos (em dinheiro, espécie ou mediante distribuição de novas ações), lucros, frutos, rendimentos, pagamentos, créditos, remuneração, bonificação, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições, reembolso de capital e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos à Companhia com relação às ações das SPEs (conforme definido na Escritura de Emissão), incluindo, sem limitar, todas as preferências e vantagens que forem atribuídas expressamente às ações das SPEs, a qualquer título, inclusive lucros, proventos decorrentes do fluxo de dividendos, juros sobre o capital próprio, valores devidos por conta de redução de capital, amortização, resgate, reembolso ou outra operação das ações das SPEs e todos os demais proventos ou valores que de qualquer outra forma tenham sido e/ou que venham a ser declarados e ainda não tenham sido distribuídos à cedente em relação às ações das SPEs, bem como a totalidade dos direitos e créditos, existentes, futuros ou emergentes, decorrentes, direta ou indiretamente, de qualquer alienação ou transferência, parcial ou total, das SPEs, incluindo, sem limitação, o pagamento de eventuais comissões, earn-out e quaisquer outros recursos advindos de tais eventos de alienação, quaisquer indenizações que a Companhia venha a receber em relação aos ativos das SPEs e todos e quaisquer créditos e valores que venham a ser pagos, a qualquer título, pelas SPEs à Companhia, incluindo decorrentes de empréstimos, financiamentos, mútuos e quaisquer outros contratos de qualquer natureza; e **(ii)** do montante equivalente ao valor da próxima prestação vincenda da amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme definido na Escritura de Emissão) acrescido da Remuneração e encargos, conforme aplicável, devidos na próxima Data de Pagamento da Remuneração, conforme cronogramas a serem definidos na Escritura de Emissão, e a ser apurado na respectiva Data de Apuração (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios), reajustados mensalmente com base na projeção do último IPCA (conforme definido abaixo) ou o valor equivalente a 5,5 % do saldo devedor das Debêntures, dos dois o que for maior, a ser depositado e mantido pela Companhia na Conta Vinculada (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios); e **(iii)** dos direitos creditórios da Companhia (incluindo receitas) decorrentes dos recursos mantidos e/ou depositados nas contas vinculadas de titularidade da Companhia também cedida fiduciariamente em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, na qual serão creditados a totalidade dos Direitos Cedidos Fiduciariamente (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios), todos os recursos decorrentes da integralização das Debêntures, conforme aplicável, eventual depósito pela Companhia, em caso de declaração de vencimento antecipado, bem como todos os créditos e/ou recursos recebidos, depositados ou mantidos na referida conta vinculada ou eventualmente em trânsito (inclusive enquanto pendentes em virtude do processo de compensação bancária), todas as aplicações, investimentos, juros, proventos, ganhos ou outros rendimentos produzidos com tais créditos ou recursos (“Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Companhia”), nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Outras Avenças”, (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Companhia” e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Companhia, “Contratos de Garantia”) e do Contrato de Conta Vinculada e Outras Avenças (“Contrato de Administração de Contas”); **(iii)** caso haja a emissão das Debêntures da 3ª Série e como condição precedente à sua integralização, a alienação fiduciária (“Alienação Fiduciária de Ações Colinas”) de (a) 100% das ações representativas do capital social da Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A., CNPJ/ME nº 31.326.856/0001-85 (“Colinas” e “Ações da Colinas”, respectivamente) todas inscritas e integralizadas pela Companhia; **(b)** todas as ações adicionais de emissão da Colinas que venham a ser adquiridas pela Companhia a partir da data de assinatura da Escritura de Emissão, seja a que título for (incluindo em virtude de subscrição, exercício de bônus de subscrição ou opção, compra, permuta, doação, capitalização de lucros ou reservas, bonificação ou qualquer outro modo), **(c)** todas as ações derivadas das Ações da Colinas ou de quaisquer ações adicionais ou que venham a substituí-las a qualquer título (incluindo em função de desdobramento, gruppamento, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Colinas ou as Ações da Colinas ou outra operação) (as ações adicionais mencionadas nos itens (b) e (c) acima, as “Ações Adicionais da Colinas” e, em conjunto com as Ações da Colinas, as “Ações Aliénées da Colinas”), **(d)** o direito de subscrição de ações de emissão da Colinas, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, bem como direitos de preferência e opções de titularidade da Colinas (“Outros Direitos da Colinas”), e **(e)** todos os frutos, rendimentos, pagamentos, créditos e outros direitos econômicos e valores inerentes às Ações Aliénées da Colinas e/ou aos Outros Direitos da Colinas ou a eles atribuíveis, gerados, declarados, distribuídos, pagos ou creditados a partir da presente data (incluindo dividendos, juros sobre capital próprio e valores devidos por conta de redução de capital, amortização, resgate, reembolso ou outra operação) (“Direitos Econômicos da Colinas” e, em conjunto com as Ações da Colinas, as Ações Adicionais da Colinas e os Outros Direitos da Colinas, os “Direitos de Participação da Colinas Aliénées Fiduciariamente”), nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças, a ser celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário, sob condição suspensiva (conforme definido na Escritura de Emissão) conforme minuta prevista na Escritura de Emissão (“Contrato de Alienação Fiduciária Ações Colinas”); e **(iv)** caso haja a emissão das Debêntures da 3ª Série, e como condição precedente à sua integralização, a cessão fiduciária: **(a)** da totalidade dos direitos da Colinas, presentes, futuros e/ou emergentes decorrentes (a.1) do Contrato de Concessão nº 22/2018, celebrado em 21/09/2018 entre a Colinas e a União (“Contrato de Concessão”), inclusive o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, o poder concedente seja ou venha a ser obrigado a pagar à Colinas e o direito de receber quaisquer indenizações pela extinção da concessão objeto do Contrato de Concessão; **(a.2)** do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 024/2018 celebrado entre a Colinas, na qualidade de concessionária do serviço público de transmissão de energia elétrica, e o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS (“ONS”), na qualidade de responsável pela execução das atividades de coordenação e controle da operação da geração e da transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional, em 03/12/2018 (“CPST”); e **(a.3)** e de todos os contratos de uso do sistema de transmissão que vierem a ser celebrados entre a Colinas (representada pelo ONS, conforme autorização constante do CPST) e os usuários do sistema de transmissão, os quais regulam (i) o uso da rede básica pelos usuários, incluindo a prestação dos serviços de transmissão pelas concessionárias de transmissão aos usuários e a prestação pelo ONS dos serviços de coordenação e controle da operação dos sistemas eletroenergéticos interligados, das interligações internacionais e de administração dos serviços de transmissão pelas concessionárias de transmissão; e **(ii)** a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos estabelecidos no contrato e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão (“CUSTs”), em qualquer caso, (“Direitos Emergentes Colinas”); **(b)** da totalidade dos direitos creditórios da Colinas, presentes e/ou futuros, decorrentes do Contrato de Concessão, dos Contratos de Transmissão e de todos os demais contratos que venham a originar direitos creditórios no âmbito do Projeto Colinas, bem como de quaisquer aditivos e/ou instrumentos que venham a complementá-los e/ou substituí-los (“Direitos Creditórios Colinas”); **(c)** da totalidade dos direitos da Colinas, presentes e/ou futuros, relativos a todos e quaisquer valores mantidos a qualquer tempo ou depositados em conta corrente de titularidade da Colinas, destinada para receber os Direitos Emergentes Colinas e os Direitos Creditórios Colinas (“Conta Vinculada Colinas”) bem como todos os créditos e/ou recursos recebidos, depositados ou mantidos na Conta Vinculada Colinas ou eventualmente em trânsito (inclusive enquanto pendentes em virtude do processo de compensação bancária), bem como todas as aplicações, investimentos, juros, proventos, ganhos ou outros rendimentos produzidos com tais créditos ou recursos (“Fundos da Conta Vinculada Colinas”); e **(iv)** da totalidade dos direitos da Colinas, presentes e/ou futuros, sobre a Conta Vinculada Colinas e/ou decorrentes do correspondente contrato de abertura de conta, bem como os créditos e/ou recursos recebidos, depositados ou mantidos na Conta Vinculada Colinas ou eventualmente em trânsito (inclusive enquanto pendentes em virtude do processo de compensação bancária), bem como os Investimentos autorizados e demais investimentos, aplicações, juros, proventos, ganhos ou outros rendimentos produzidos com tais créditos ou recursos (“Direitos da Conta Vinculada Colinas” e, em conjunto com os Direitos Emergentes Colinas, os Direitos Creditórios Colinas e os Fundos da Conta Vinculada Colinas, os “Créditos Cedidos Colinas”), nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária e Vinculação de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças, a ser celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário sob condição suspensiva (conforme definido na Escritura de Emissão) conforme minuta prevista na Escritura de Emissão (“Contrato de Cessão Fiduciária Colinas” e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária Ações Colinas, “Contratos de Garantia Colinas”), os quais, se celebrados, integrarão a definição de Contratos de Garantia para todos os fins da Escritura de Emissão. **p) Ágio ou Deságio:** A exclusivo critério do Coordenador Líder, as Debêntures poderão ser inscritas com ágio ou deságio a ser definido no ato de subscrição das Debêntures, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures inscritas e integralizadas na mesma data, observado o disposto a esse respeito no Contrato de Distribuição, excetuadas as Debêntures da 3ª Série, que não poderão ser inscritas com ágio ou deságio. Em relação às liquidações realizadas em datas diferentes, eventual ágio ou deságio poderá ser aplicado de forma diferente, observado também o disposto no Contrato de Distribuição. **q) Atualização Monetária das Debêntures:** O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampla, apurado e divulgado pelo IBGE (“IPCA”), desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de seu efetivo pagamento (“Atualização Monetária”), sendo o produto da atualização monetária incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso (“Valor Nominal Unitário Atualizado”). A Atualização Monetária será calculada conforme a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão. **r) Pagamento da Remuneração das Debêntures:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual Evento de Vencimento Antecipado e das hipóteses de Resgate Antecipado Obrigatório, Resgate Antecipado Facultativo e Aquisição Facultativa, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga, semestralmente, sempre no dia 15 dos meses de fevereiro e de agosto de cada ano. Os pagamentos da Remuneração das Debêntures serão realizados conforme a tabela abaixo, sendo que nas três primeiras datas (15/02/2022, 15/08/2022 e 15/02/2023), a Remuneração da respectiva série acumulada durante esse período será incorporada ao Valor Nominal Unitário Atualizado (cada uma, uma “Data de Incorporação”), portanto, sendo o primeiro pagamento realizado em 15/08/2023 e, o último pagamento, na Data de Vencimento (sendo cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento da Remuneração”). **s) Remuneração da 1ª Série:** Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado, das Debêntures da 1ª Série incidirão juros remuneratórios equivalentes a 8,951% ao ano, base 252 Dias Úteis, incidentes desde a data de início de rentabilidade ou da Data de Incorporação até a primeira Data de Pagamento da Remuneração ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão (“Remuneração 1ª Série Pré Completion Financeiro”). Após a verificação do Completion Financeiro dos projetos, assim entendido como o momento em que as SPEs estiverem operacionais e faturando integralmente a RAP, pelo período de 6 meses consecutivos, conforme comprovado pelo envio ao Agente Fiduciário da Apuração Mensal de Serviços e Encargos de Transmissão – AMSE nesse período (“Completion Financeiro”), sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado, das Debêntures da 1ª Série incidirão juros remuneratórios equivalentes a 6,951% ao ano, base 252 Dias Úteis, a partir da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente posterior à data do Completion Financeiro, incidentes a partir de então ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento (“Remuneração 1ª Série Pós Completion Financeiro”), e em conjunto com a Remuneração 1ª Série Pré Completion Financeiro, “Remuneração da Primeira Série”. **t) Remuneração da 2ª Série:** Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado, das Debêntures da 2ª Série incidirão juros remuneratórios equivalentes a 8,951% ao ano, base 252 Dias Úteis, incidentes desde a data de início de rentabilidade ou da Data de Incorporação até a primeira Data de Pagamento da Remuneração ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão (“Remuneração 2ª Série Pré Completion do Aumento da RAP de Simões”). Após a verificação do Completion do Aumento da RAP de Simões, assim entendido como após o período de 6 meses do recebimento do Termo de Liberação Definitivo – TLD

continua ...